

S
UFRJ/IEI
TD268

040003-3

n^o 268

***Distribuição de Renda
e Pobreza Metropolitana
no Brasil***

João Sabóia

TEXTOS PARA DISCUSSÃO

*Instituto de
Estatística
Econômica
UFRJ*



**Universidade Federal do Rio de Janeiro
Instituto de Economia Industrial**

**Distribuição de Renda e Pobreza
Metropolitana no Brasil(*)**

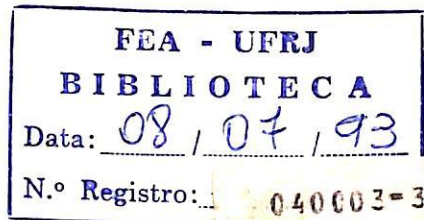


43 - 016620

João Saboia()**
dezembro de 1991

IEI UFRJ

Diretor
Aloísio Teixeira
Vice-Diretor
Ricardo Tolipan
Coordenadora de Ensino
Maria Valéria Junho Pena
Coordenador de Pesquisa
Paulo Bastos Tigre
Gerente Administrativa
Sebastiana de Sousa Barros
Gerente de Publicações
Deborah Trigueiro Wanderley
Projeto Gráfico
José Antonio de Oliveira
Impressão
Célio de Almeida Mentor e Ronei José Gomes



S
 UFRJ/IEI
 TD 268

ms 94364

Ficha Catalográfica

Saboia, João Luiz Maurity.

Distribuição de renda e pobreza metropolitana no Brasil / João Saboia. - Rio de Janeiro: UFRJ/IEI, 1991.

44 p ; 21 cm. - (Texto para Discussão. IEI/UFRJ; n° 268)

Bibliografia: p. 19.

1. Distribuição de renda - Brasil. 2. Pobreza - Brasil. 3. Brasil - Condições económicas. 4. Renda familiar - Brasil. I. Título. II. Série.

Instituto de Economia Industrial
Universidade Federal do Rio de Janeiro
 Av. Pasteur, 250
 Praia Vermelha
 CEP 22290
 Rio de Janeiro

1. INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, diversos trabalhos foram desenvolvidos abordando a discussão sobre a distribuição de renda e a pobreza no Brasil⁽¹⁾. Tais trabalhos apontam para uma piora considerável da distribuição de renda ao longo da década de oitenta, mostrando também uma situação muito desfavorável quando considerados os elevados níveis de pobreza do país.

Uma das consequências de tal situação tem sido o aumento da violência urbana, atingindo praticamente toda a população, inclusive as crianças. Este fato é especialmente grave pela vulnerabilidade das crianças frente às violências de toda ordem a que estão submetidas.

Neste artigo estudaremos a evolução da distribuição de renda e da pobreza nas regiões metropolitanas⁽²⁾ do país durante a década de oitenta. A fonte de dados utilizada é a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) entre 1981 e 1989⁽³⁾.

Para o estudo da distribuição de renda utilizaremos os dados de rendimento para a população ocupada com rendimento do trabalho, separados em faixas selecionadas, apresentando-se ainda um indicador de desigualdade - o índice de Gini⁽⁴⁾.

A análise da pobreza é bem mais complexa. Existem inúmeras formas para se medir pobreza⁽⁵⁾. Utilizaremos neste estudo um indicador bastante simples - a renda familiar (ou domiciliar) per capita. Quanto ao limite para a pobreza serão apresentados dois valores - $\frac{1}{4}$ e $\frac{1}{2}$ salário mínimo (SM) per capita. São valores reconhecidamente baixos, inferiores à maioria das estimativas feitas no país nos últimos anos⁽⁶⁾. Em nossa análise nos concentraremos no valor $\frac{1}{2}$ SM. O salário mínimo utilizado é o valor de 1981, corrigindo-se o SM dos anos seguintes segundo a inflação acumulada, de modo a tornar os dados comparáveis entre si⁽⁷⁾.

Se a principal vantagem da medida de pobreza aqui utilizada é a simplicidade, sua desvantagem é não levar em consideração as necessidades diferenciadas de crianças e adultos, assim como os eventuais ganhos de escala de famílias numerosas⁽⁸⁾. De qualquer forma, ela fornece uma aproximação razoável para a linha de pobreza, especialmente quando se considera a tendência de uniformização do custo de vida e do padrão de consumo nas regiões metropolitanas do país decorrente do próprio desenvolvimento econômico e da disseminação dos meios de transporte e de comunicação.

Inicialmente, são introduzidas as informações globais sobre distribuição de renda e pobreza no Brasil. Em seguida, discute-se as regiões metropolitanas do Centro-Sul, que possuem os indicadores mais favoráveis. Na quarta seção, parte-se para a análise das áreas metropolitanas do Norte-Nordeste. Finalmente, são apresentadas as principais conclusões do trabalho.

2. RESULTADOS GLOBAIS PARA O BRASIL

A distribuição dos rendimentos do trabalho deteriorou-se muito ao longo dos anos oitenta. Os indicadores agregados para o país mostram uma piora logo no início da década (1981/83), uma certa estabilização em meados dos anos oitenta e uma deterioração acentuada no final da década (1987/89). O índice de Gini passou de 0,564 em 1981 para 0,630 em 1989 (Tabela 1). Este último valor é extremamente elevado segundo o padrão internacional, colocando o Brasil entre as piores distribuições de renda do mundo.

A piora encontrada no início da década encontra-se associada às próprias dificuldades do período, quando a economia entrou em crise e a inflação cresceu. Havia, entretanto, uma política salarial redistributiva até 1983, que minorou os efeitos negativos sobre os rendimentos do trabalho⁽⁹⁾. Quanto à deterioração ocorrida no final da década, trata-se, sem dúvida alguma, de um dos efeitos perniciosos da explosão inflacionária⁽¹⁰⁾.

Os dados apresentados são ainda mais graves quando considerado o fato que trata-se apenas da distribuição dos rendimentos do trabalho. Como é fartamente sabido, são exatamente as pessoas mais ricas que

concentram os outros rendimentos (aluguéis, ganhos financeiros, rendimentos de capital, etc). Portanto, a distribuição da renda é ainda pior do que aquela apontada pelos dados da Tabela 1.

Enquanto os 10% do topo da pirâmide de rendimentos acumulavam 44,9% da renda do trabalho em 1981, em 1989 este percentual subia para 51,5%. Em contrapartida, os 50% mais pobres tinham sua participação reduzida de 14,6% para 11,2% no período. Quando comparados os rendimentos médios dos 1% mais ricos com os 10% mais pobres em 1989 encontra-se uma relação 230 vezes superior⁽¹¹⁾.

A Tabela 2 mostra alguns indicadores da evolução global do nível de pobreza no país. Observa-se uma clara associação entre a evolução da pobreza e o ciclo econômico. Ela cresceu no início da década, recuou em meados dos anos oitenta, voltando a crescer no final da década. Ao comparar-se 1981 e 1989 observa-se um certo recuo dos percentuais de pessoas e famílias pobres.

Utilizando-se o corte de $\frac{1}{2}$ SM familiar per capita, observa-se uma redução de 45,7% para 39,5% de pessoas pobres no país e uma queda de 38,4% para 34,3% de famílias pobres entre 1981 e 1989. Estes dados mostram, entre outros resultados, que as famílias pobres são mais numerosas que as restantes. Apesar da queda nos percentuais de pobreza, cabe entretanto observar que em valores absolutos houve crescimento da pobreza. Em 1981 havia 54,5 milhões de pessoas abaixo da linha de pobreza de $\frac{1}{2}$ SM, enquanto em 1989 o total de pobres atingia 56,6 milhões.

Medida pela renda familiar per capita, observa-se que os percentuais de pobreza são muito mais elevados nas regiões rurais do que nas urbanas. Os indicadores mostram tendência de queda dos percentuais de pobreza nos dois casos. Em 1989, 30,1% das pessoas nas regiões urbanas podiam se consideradas pobres, enquanto nas regiões rurais o percentual de pessoas pobres atingia 67,2%. No mesmo ano, 26,2% das famílias urbanas caíam abaixo da linha de $\frac{1}{2}$ SM familiar per capita, enquanto 60,6% das famílias rurais encontravam-se na mesma situação. Devido à menor importância das relações monetárias nas regiões rurais, os dados apresentados não são estritamente comparáveis, parecendo superestimar o nível de pobreza rural.

As pessoas mais atingidas pela pobreza são os jovens - crianças e adolescentes até 17 anos. Em 1989, 50,5% delas encontravam-se abaixo do patamar de $\frac{1}{2}$ SM, correspondendo a 30 milhões de pessoas, praticamente o mesmo total encontrado em 1981. O grupo de jovens mais atingido é aquele que vive em famílias chefiadas por mulher sem cônjuge, onde o percentual de pobreza atingia 63,1% em 1989. (Tabela 3)

Analogamente, são as famílias chefiadas por mulher sem cônjuge com filhos que mais sofrem as consequências da pobreza. Em 1989, enquanto 46,5% destas famílias podiam ser consideradas pobres, entre os casais com filhos o percentual de famílias pobres reduzia-se para 36,2%. Este dado não causa qualquer surpresa, na medida em que o potencial de pessoas disponíveis para o trabalho no primeiro tipo de família é menor, devido à inexistência do marido. Outro dado interessante é o maior percentual de famílias pobres quando nelas existem jovens até 17 anos (41,1% em 1989) do que nas famílias em geral (34,3% no mesmo ano). Aqui também, o fato de possuírem crianças e adolescentes torna aquelas famílias mais vulneráveis à pobreza.

Finalmente, a utilização do critério da renda domiciliar per capita produz resultados ligeiramente mais favoráveis do que para a renda familiar per capita⁽¹²⁾. Em 1989, 33,0% dos domicílios podiam ser considerados pobres, sendo a pobreza muito mais acentuada nos domicílios inadequados (55,4%) do que nos adequados (13,5%). Estes dados mostram a alta correlação existente entre pobreza e condições de saneamento dos domicílios.

3. REGIÕES METROPOLITANAS DO CENTRO-SUL

Nesta seção é apresentada a análise das regiões metropolitanas do Centro-Sul do país - São Paulo, Porto Alegre, Curitiba, Rio de Janeiro, Belo Horizonte e Brasília. Embora diferenciados em seu interior, os resultados encontrados nesta seção são relativamente mais favoráveis que aqueles discutidos na próxima seção, quando serão abordadas as regiões metropolitanas do Norte-Nordeste.

3.1 Região Metropolitana de São Paulo

O principal centro econômico do país é também o lugar onde são encontrados os indicadores mais favoráveis para a distribuição de renda e as menores taxas de pobreza. Não obstante, houve uma deterioração acentuada da distribuição de renda durante a década passada. O índice de Gini avançou de 0,507 em 1981 para 0,563 em 1989 (Tabela 4).

Vista sob outro ângulo, a renda do trabalho concentrada pelos 10% mais ricos saltou de 40,0% para 45,5% durante a década. Enquanto isso, a parcela retida pelos 50% mais pobres baixou de 17,5% para 14,6%. Considerando-se os dois extremos verifica-se que em média os 1% mais ricos ganhavam cerca de 100 vezes mais que os 10% mais pobres em 1989, enquanto esta mesma relação era da ordem de 60 em 1981. Cabe acrescentar que apesar de ganharem muito mal, os 10% mais pobres tiveram uma redução em sua pequena parcela do "bolo", baixando de 1,5% para apenas 1,3% da renda do trabalho gerada na região metropolitana de São Paulo.

Em termos de pobreza, houve uma pequena redução na proporção de pessoas pobres ao longo da década. O percentual de pessoas abaixo da linha de $\frac{1}{2}$ SM per capita caiu de 13,5% em 1981 para 11,1% em 1989. Apesar destes percentuais serem relativamente reduzidos, o total de pessoas pobres representava 1,78 milhões em 1981, elevando-se para 1,89 milhões em 1989. Estes números são superados apenas pela região metropolitana do Rio de Janeiro. A taxa de crianças e adolescentes pobres é mais elevada, tendo atingido 17,1% em 1989. Nas famílias chefiadas por mulher sem cônjuge, este percentual chega a 36,3% (Tabela 5).

Os percentuais de famílias pobres são mais baixos - 11,2% em 1981 e 9,5% em 1989. Crescem um pouco quando consideradas apenas as famílias com pessoas até 17 anos - 14,4% e 12,5% respectivamente. As famílias mais atingidas pela pobreza são aquelas chefiadas por mulheres sem cônjuge com filhos - 22,0% em 1989. Os resultados diferenciados entre pessoas e famílias pobres refletem o fato encontrado em todas as regiões, onde as famílias pobres são sistematicamente maiores do que as restantes.

A análise dos domicílios pobres apresenta percentuais similares, porém levemente inferiores, aos das famílias pobres. Tal resultado

decorre da possibilidade de mais de uma família habitar um mesmo domicílio, sendo esta situação mais provável de ser encontrada entre as famílias pobres. Em 1989, 8,5% dos domicílios particulares permanentes da região metropolitana de São Paulo podiam ser considerados pobres quando utilizada a linha de $\frac{1}{2}$ SM domiciliar per capita. Como era de se esperar, a taxa é bem mais baixa nos domicílios adequados (6,4%) do que nos inadequados (21,7%).

3.2 Região Metropolitana de Porto Alegre

Embora sofrendo a mesma tendência de aumento da desigualdade observada nas outras regiões, Porto Alegre apresenta um dos menores índices de concentração entre as regiões metropolitanas do país. Em 1989, o índice de Gini atingia 0,578, superando apenas o valor encontrado na região metropolitana de São Paulo (Tabela 6).

No final da década, os 10% mais ricos recebiam 46,2% dos rendimentos do trabalho, sendo a parcela dos 1% mais ricos (13,2%) semelhante a dos 50% mais pobres (13,6%). A relação entre os rendimentos médios dos 1% mais ricos e dos 10% mais pobres atingia praticamente o mesmo valor encontrado em São Paulo.

A Tabela 7 apresenta os dados referentes à evolução da pobreza na região metropolitana de Porto Alegre. Uma das primeiras constatações é o crescimento dos indicadores de pobreza - tanto para pessoas, famílias ou domicílios. No caso das pessoas, a linha até $\frac{1}{2}$ SM familiar per capita mostra um salto de 15,1% para 19,2% da população entre 1981 e 1989. Em valores absolutos, este crescimento representou a passagem de 350 mil para 570 mil pobres no período analisado. Os jovens até 17 anos são mais pobres que a população em geral (25,3% em 1989), especialmente quando fazem parte de famílias chefiadas por mulher sem cônjuge com filhos (39,8% no mesmo ano).

A pobreza atingia, em 1989, 14,3% das famílias, 19,9% das famílias com pessoas até 17 anos e 25,0% das famílias chefiadas por mulher sem cônjuge. A pobreza domiciliar mostra taxas levemente inferiores às encontradas para as famílias (13,4% em 1989), sendo bem mais alta nos domicílios inadequados que nos adequados - 37,2% e 9,6%, respectivamente, no mesmo ano.

A deterioração nas condições de pobreza da RM de Porto Alegre durante a década de oitenta levou-a a ocupar, em 1989, uma posição relativamente pior à encontrada em Curitiba e Brasília, embora tivesse iniciado a década em situação bem mais favorável.

3.3 Região Metropolitana de Curitiba

A distribuição dos rendimentos do trabalho piorou muito na RM de Curitiba na década passada, especialmente em 1989. O índice de Gini passou de 0,516 para 0,600 no período. Os 10% mais ricos elevaram sua participação na renda de 41,9% para 49,1% ao longo dos anos oitenta. No final da década os 1% mais ricos recebiam uma fatia da renda bem superior aos 50% mais pobres (16,6% e 12,9% respectivamente). Em 1989, o rendimento médio do trabalho entre os 1% mais ricos atingia cerca de 140 vezes mais que entre os 10% mais pobres, superando a média nacional (Tabela 8).

Apesar das dificuldades distributivas, a RM de Curitiba apresentou resultados bem mais favoráveis em termos de combate à pobreza. Cabe observar que em princípio não há qualquer incompatibilidade neste resultado, uma vez que a deterioração na distribuição da renda pode ser obtida com a entrada no mercado de trabalho de novos membros familiares na base da pirâmide de rendimentos, piorando a distribuição de renda, porém aumentando a renda familiar per capita.

Houve redução considerável nas taxas de pessoas, famílias e domicílios pobres. O percentual de pessoas pobres, utilizando o corte de $\frac{1}{2}$ SM familiar per capita, caiu de 24,6% para 17,4% na década. Esta queda não foi, entretanto, suficiente para impedir um pequeno crescimento no total de pessoas pobres, que passou de 370 mil para 390 mil no período. Para as pessoas até 17 anos as taxas baixaram de 33,6% para 25,2%. Para estas mesmas pessoas em famílias chefiadas por mulheres sem cônjuge a redução foi de 47,8% para 36,1% no mesmo período (Tabela 9).

A pobreza entre famílias reduziu-se de 19,8% para 14,2% e entre famílias com pessoas até 17 anos de 24,6% para 18,6% na década. Da mesma forma que nas outras regiões, a pobreza atinge com mais intensidade as famílias chefiadas por mulher sem cônjuge com filhos.

TEXTOS PARA DISCUSSÃO

Também a pobreza domiciliar reduziu-se no período. Em 1989, 13,6% dos domicílios da RM de Curitiba podiam ser considerados pobres - sendo de apenas 7,9% a taxa para os considerados adequados e 32,6% para os inadequados.

Dado o quadro desfavorável encontrado na maioria das regiões metropolitanas do país, o recuo das taxas de pobreza em Curitiba, região com um dos menores percentuais de pessoas pobres, não deixa de ser um fato alvissareiro.

3.4 Região Metropolitana do Rio de Janeiro⁽¹³⁾

A RM do Rio de Janeiro passou por um forte movimento de concentração de renda na década de oitenta, acentuado em 1989. O índice de Gini encontrado na região no final da década (0,641) era um dos maiores do país. Segundo a PNAD, o percentual da renda detido pelos 1% mais ricos da população atingia 20,0% - maior valor entre todas as regiões metropolitanas (Tabela 10).

A participação dos 10% no topo da pirâmide saltou de 44,9% dos rendimentos para 54,0% entre 1981 e 1989. A relação entre os rendimentos médios dos 1% mais ricos e dos 10% mais pobres atingia cerca de 200 no final da década passada (esta relação era aproximadamente igual a 115 em 1981).

Não causa, portanto, qualquer surpresa a constatação de que as taxas de pobreza cresceram na RM do Rio de Janeiro durante os anos oitenta. O percentual de pessoas abaixo de $\frac{1}{2}$ SM subiu de 24,1% para 26,8% entre 1981 e 1989. Para as crianças e adolescentes (até 17 anos) as taxas foram respectivamente 36,1% e 39,5%. Mais da metade dos jovens até 17 anos vivendo em famílias chefiadas por mulher sem cônjuge com filhos eram atingidos pela pobreza em 1989, sendo que mais da quarta parte não atingiam nem mesmo $\frac{1}{4}$ SM (Tabela 11).

A pobreza atingia 22,7% das famílias, 32,7% daquelas com crianças e adolescentes e 37,7% das famílias chefiadas por mulher sem cônjuge com filhos em 1989. Por outro lado, 20,5% dos domicílios podiam ser considerados pobres. No caso dos domicílios inadequados a pobreza atingia 42,8% no mesmo ano.

Considerado seu valor absoluto, e utilizando-se o corte de $\frac{1}{2}$ SM

familiar per capita, havia 2,22 milhões de pessoas pobres em 1981 e 2,98 milhões em 1989, deixando clara a dimensão do problema, numericamente muito superior à encontrada em São Paulo. A RM do Rio de Janeiro abrigava 27,7% da população metropolitana pobre do país em 1989.

3.5 Região Metropolitana de Belo Horizonte

Belo Horizonte possui um nível intermediário de desigualdade na distribuição do rendimento do trabalho entre as várias regiões metropolitanas. O processo de concentração da renda se acentuou na década passada, tendo o índice de Gini passado de 0,552 em 1981 para 0,622 em 1989 (Tabela 12).

No final da década, os 10% mais ricos recebiam mais da metade da renda, enquanto os 50% mais pobres mal passavam de 11%. A relação entre os rendimentos médios dos 1% mais ricos e dos 10% mais pobres atingia quase 170, deixando claras as desigualdades existentes.

A RM de Belo Horizonte foi uma das regiões onde houve redução nas taxas de pobreza durante a década. O percentual de pessoas pobres pelo critério da renda inferior a $\frac{1}{2}$ SM caiu de 31,3% em 1981 para 27,0% em 1989. Em termos absolutos, entretanto, havia mais pobres em 1989 do que em 1981 - 960 mil e 830 mil respectivamente. A pobreza atingia 38,3% dos jovens (até 17 anos) e 53,0% dos jovens em famílias chefiadas por mulher sem cônjuge com filhos em 1989. Um entre cada quatro jovens deste último tipo de família vivia com rendimento inferior a $\frac{1}{4}$ SM no final da década (Tabela 13).

Também entre as famílias houve redução do percentual daquelas que podem ser consideradas pobres - 26,3% em 1981 e 23,4% em 1989. Percentuais de pobreza um pouco mais elevados são encontrados para as famílias com pessoas até 17 anos - 31,1% em 1989. Da mesma forma que nos casos anteriores, são as famílias chefiadas por mulheres sem cônjuge com filhos as mais pobres - 35,6% no final da década.

Os domicílios pobres atingem taxas ligeiramente inferiores às famílias, sendo a pobreza bem mais expressiva nos domicílios considerados inadequados do que nos adequados - 41,6% e 13,2%, respectivamente, em 1989.

3.6 Brasília⁽¹⁴⁾

Brasília também possui um nível de concentração da renda do trabalho intermediário entre aqueles encontrados em São Paulo, Curitiba e Porto Alegre e os das regiões do Norte-Nordeste. Partindo-se de um índice de Gini de 0,561 em 1981, a desigualdade elevou-se na década, atingindo 0,622 em 1989 (Tabela 14).

No final dos anos oitenta, os 10% mais ricos concentravam 48,7% da renda, percentual este bem superior aos 43,5% de 1981. Em contrapartida, os 50% mais pobres viram reduzir sua participação na renda de 14,1% para 10,5% no mesmo período. O rendimento médio entre os 1% no topo da pirâmide de rendimentos do trabalho representavam, em 1989, 160 vezes o valor médio daqueles entre os 10% mais pobres.

Quando considerados os percentuais de pobres, pode-se afirmar que as taxas de pobreza recuaram bastante em Brasília ao longo dos anos oitenta. Pelo critério do rendimento até $\frac{1}{2}$ SM familiar per capita, havia 18,8% de pessoas pobres, 25,7% de pessoas pobres até 17 anos e 46,8% destas mesmas pessoas pobres em famílias chefiadas por mulher sem cônjuge com filhos. Nos três casos os percentuais representam forte queda relativamente a 1981. Em valores absolutos, entretanto, havia 340 mil pobres em 1989, número idêntico ao encontrado em 1981 (Tabela 15).

As famílias pobres atingiam 16,8% do total de famílias de Brasília em 1989, elevando-se a 20,5% quando consideradas apenas aquelas com pessoas até 17 anos e 33,1% para as famílias chefiadas por mulher sem cônjuge com filhos. O percentual de domicílios pobres atingia 15,4%, sendo de 10,4% entre os considerados adequados e de 41,4% entre os inadequados.

4. REGIÕES METROPOLITANAS DO NORTE-NORDESTE

Nesta seção serão consideradas as quatro regiões metropolitanas do Norte-Nordeste (Belém, Salvador, Fortaleza e Recife). Como será visto adiante, elas possuem níveis de concentração da renda e de pobreza bem mais elevados que no Centro-Sul, deixando clara a associação existente entre desenvolvimento econômico e social.

4.1 Região Metropolitana de Belém

Belém é a região metropolitana do Norte-Nordeste a apresentar os melhores indicadores de distribuição de renda e de pobreza, especialmente quando considerada esta última variável. Houve, todavia, forte retrocesso em termos de distribuição de renda no final da década. O índice de Gini, por exemplo, passou de 0,544 em 1981 para 0,586 em 1987, saltando para 0,640 em 1989, praticamente empatando com Fortaleza no final do período (Tabela 16).

Em 1989, os 10% mais ricos detinham 52,7% da renda do trabalho, enquanto os 50% mais pobres limitavam-se a apenas 10,6%. Neste mesmo ano, a relação entre os rendimentos médios dos 1% mais ricos e dos 10% mais pobres atingia cerca de 215. Os primeiros participavam de 15,1% do “bolo” e os últimos de apenas 0,7%.

O avanço em termos de combate à pobreza pode ser constatado tanto a nível de pessoas, quanto de famílias ou domicílios. As 41,0% de pessoas pobres pelo critério da renda até $\frac{1}{2}$ SM reduziram-se para 30,0% entre 1981 e 1989. Entre as pessoas jovens (até 17 anos) os percentuais foram respectivamente 51,2% e 39,0%. O caso mais desfavorável - pessoas até 17 anos em famílias chefiadas por mulher sem cônjuge - também apresentou redução - 64,5% e 56,8% respectivamente. Apesar destes resultados, a incidência da pobreza permanecia elevada no final da década na RM de Belém. Quase 30% das pessoas até 17 anos neste último tipo de família viviam com rendimento familiar per capita inferior a $\frac{1}{4}$ SM. A melhoria da pobreza deve ser relativizada quando comparados os totais de pessoas pobres segundo o critério de rendimento até $\frac{1}{2}$ SM - cerca de 350 mil, tanto em 1981 quanto em 1989 (Tabela 17).

As famílias consideradas pobres segundo a linha de pobreza de $\frac{1}{2}$ SM familiar per capita atingiam 27,1% do total em 1989, elevando-se a 33,2% para aquelas com pessoas até 17 anos e 44,4% para as famílias chefiadas por mulher sem cônjuge com filhos. A taxa de domicílios pobres é um pouco menor - 24,6% em 1989 -, sendo de 13,9% entre os adequados e de 41,4% entre os inadequados.

4.2 Região Metropolitana de Salvador

A RM de Salvador conseguiu chegar no final da década de oitenta com o recorde negativo da pior distribuição de rendimentos do trabalho entre todas as regiões metropolitanas do país. O índice de Gini atingia a incrível marca de 0,657 em 1989. Neste mesmo ano, os 10% mais pobres não conseguiam mais de 0,6% da renda, enquanto os 10% mais ricos ficavam com 53,9%. Conseqüentemente, a relação entre os rendimentos dos 1% mais ricos e dos 10% mais pobres era também a mais elevada do país - cerca de 280 vezes (Tabela 18).

Houve um avanço mínimo em termos de redução nos percentuais da pobreza. As pessoas pobres, pelo critério de $\frac{1}{2}$ SM familiar per capita, caíram de 36,3% para 34,0% no período. Em valores absolutos, entretanto, havia 660 mil pobres em 1981 e 800 mil em 1989, significando um forte aumento do número de pessoas pobres. Para as pessoas até 17 anos o percentual de pobres atingia 44,5% em 1989, chegando a 64,3% nas famílias chefiadas por mulher sem cônjuge com filhos (Tabela 19).

A pobreza atingia 29,4% das famílias em 1989, elevando-se a 37,2% das famílias com pessoas até 17 anos e 46,9% das famílias chefiadas por mulher sem cônjuge com filhos. Cabe observar que a quarta parte destas últimas famílias possuíam rendimento abaixo de $\frac{1}{4}$ SM per capita em 1989. Os domicílios pobres representavam, em 1989, 27,3% do total. No caso daqueles considerados inadequados a pobreza chegava a 52,1%, caindo para 18,2% entre os adequados.

4.3 Região Metropolitana de Fortaleza

Fortaleza iniciou a década com a pior distribuição de renda entre as regiões metropolitanas. O índice de Gini atingia 0,591 em 1981. A tendência ao longo dos anos oitenta foi no sentido de um aprofundamento das desigualdades, atingindo o valor 0,639 em 1989 (Tabela 20).

Em 1989, 55,1% do total dos rendimentos do trabalho da região eram abocanhados pelos 10% mais ricos, cabendo aos 50% mais pobres não mais do que 11,8%. Assim, os rendimentos médios dos 1% mais ricos representavam cerca de 260 vezes os rendimentos médios dos 10% mais pobres.

Em termos de pobreza, Fortaleza disputa com Recife o título da região metropolitana mais pobre do país. Por outro lado, não houve qualquer redução nos percentuais de pobreza na década passada. Em 1989, 50,0% das pessoas podiam ser consideradas pobres pelo critério de renda inferior a $\frac{1}{2}$ SM familiar per capita. Este valor correspondia a 1,05 milhões de pessoas pobres, total este consideravelmente superior aos 830 mil encontrados em 1981 (Tabela 21).

As crianças e adolescentes (até 17 anos) pobres representavam 60,5% do total, enquanto 75,9% dos menores em famílias chefiadas por mulher sem cônjuge com filhos viviam com rendimento abaixo de $\frac{1}{2}$ SM. Quase metade das crianças e adolescentes deste tipo de família viviam com rendimento abaixo de $\frac{1}{4}$ SM.

As famílias pobres atingiam percentuais bastante elevados na RM de Fortaleza. Segundo o critério de renda familiar per capita inferior a $\frac{1}{2}$ SM havia, em 1989, 45,1% de famílias, 52,5% de famílias com pessoas até 17 anos e 59,6% de famílias chefiadas por mulher sem cônjuge com filhos que podiam ser consideradas pobres. São percentuais indiscutivelmente elevados, especialmente quando considerado o nível relativamente baixo para a renda familiar per capita utilizada como limiar da pobreza neste trabalho.

Apesar de ligeiramente mais baixo que o percentual encontrado para as famílias, o nível de pobreza domiciliar também é muito elevado - 43,8% em 1989. No caso dos domicílios inadequados a pobreza atingia 66,0%, baixando para 26,8% entre os adequados.

4.4 Região Metropolitana de Recife

Da mesma forma que nas outras regiões metropolitanas, a RM de Recife seguiu tendência concentracionista da renda durante a década de oitenta. O índice de Gini atingia 0,649 em 1989, perdendo apenas para a RM de Salvador. Os 10% mais ricos controlavam 56,3% da renda, enquanto os 50% mais pobres limitavam-se a apenas 11,4%. A relação entre os rendimentos médios dos 1% mais ricos e dos 10% mais pobres atingia perto de 240 (Tabela 22).

A redução dos percentuais de pobreza foi mínima. Enquanto 50,2% das pessoas eram pobres segundo o corte de $\frac{1}{2}$ SM de renda

familiar per capita em 1981, este percentual fixava-se em 48,4% em 1989. Em valores absolutos houve crescimento substancial das pessoas pobres na RM de Recife - 1,16 milhões em 1981 e 1,43 em 1989. Desta forma, Recife era a terceira região metropolitana em termos do tamanho da população pobre, perdendo apenas para o Rio de Janeiro e São Paulo. O percentual de pessoas pobres com até 17 anos atingia, em 1989, 59,9%, e o percentual destas mesmas pessoas pobres em famílias chefiadas por mulher sem cônjuge com filhos chegava a 70,1% (Tabela 23).

A taxa de pobreza familiar é também muito elevada - 43,5% das famílias, 51,7% das famílias com pessoas até 17 anos, e 57,2% das famílias chefiadas por mulher sem cônjuge com filhos podiam ser consideradas pobres em 1989. A pobreza domiciliar atingia 41,6%, saltando para 55,5% nos domicílios inadequados.

5. COMENTÁRIOS FINAIS

O quadro montado neste trabalho apontou para sérias dificuldades em termos de pobreza e distribuição de renda nas regiões metropolitanas do país. Sob estes dois aspectos, a década de oitenta foi bem pior do que uma década perdida, constituindo-se um verdadeiro período de retrocesso.

Se no passado a piora na distribuição de renda era parcialmente compensada pelo crescimento econômico, nos anos oitenta a estagnação da economia, juntamente com a piora da distribuição da renda, contribuíram para o aumento dos níveis de pobreza no país, especialmente quando consideradas as regiões metropolitanas.

O processo de concentração da renda parece estar associado à própria crise econômica e ao aumento das taxas de inflação do final da década de oitenta. Este processo generalizou-se por todas as regiões metropolitanas do país. De qualquer forma, as desigualdades na distribuição da renda são mais gritantes no Norte-Nordeste que no Centro-Sul. Os melhores índices, por exemplo, encontram-se em São Paulo e Porto Alegre e os piores em Salvador e Recife.

A evolução da pobreza apresentou-se diferenciada. Em algumas regiões metropolitanas houve redução dos percentuais de pobres (São Paulo, Curitiba, Belo Horizonte, Brasília, Belém e Salvador), em outras houve crescimento (Rio de Janeiro e Porto Alegre), enquanto nas restantes praticamente não houve qualquer mudança (Fortaleza e Recife).

A pobreza é extremamente elevada em Recife e Fortaleza, onde metade da população pode ser considerada pobre. Ela cai bastante na região Centro-Sul, fixando-se abaixo de 20% em Curitiba, Porto Alegre e Brasília, e situando-se pouco acima de 10% em São Paulo.

Em valores absolutos, utilizando-se a linha de pobreza de $\frac{1}{2}$ SM familiar per capita, havia, em 1989, 10,7 milhões de pessoas pobres nas regiões metropolitanas do país, sendo 3 milhões no Rio de Janeiro, 1,9 milhões em São Paulo e 1,4 milhões em Recife. Durante a década de oitenta houve aumento no número de pessoas pobres em todas as regiões metropolitanas, exceto em Belém e Brasília, onde permaneceu constante.

A pobreza atinge com mais intensidade os jovens do que os adultos e as famílias chefiadas por mulher sem cônjuge com filhos do que os casais com filhos. No tocante aos domicílios, a pobreza localiza-se naqueles considerados inadequados em termos de saneamento.

Finalizando o artigo, ficou claro o atraso social do país em termos de pobreza e distribuição de renda e o retrocesso verificado na última década. Daí a importância de políticas sociais dirigidas para os grupos mais atingidos. Entre estes destacam-se as crianças e os adolescentes, indiscutivelmente um dos segmentos que mais têm sofrido com a má distribuição da renda e com o alto nível de pobreza do Brasil.

BIBLIOGRAFIA

- CAMARGO, José Márcio e Fábio Giambiagi, orgs., *Distribuição de Renda no Brasil*, Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1991.
- LUSTOSA, Tânia e José Bernardo de Figueiredo, "Pobreza no Brasil: Métodos de Análise e Resultados", *Pesquisa e Planejamento Econômico*, v. 20, nº 2, agosto de 1990.
- ROCHA, Sonia e Hamilton Tolosa, "Pobreza Metropolitana e Políticas Sociais", *Perspectivas da Economia Brasileira - 1990*, IPEA/INPES, Rio de Janeiro, 1989.
- ROMÃO, Maurício, "Distribuição de Renda, Pobreza e Desigualdades Regionais no Brasil", in J. M. Camargo e F. Giambiagi, orgs., *Distribuição de Renda no Brasil*, Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1991.
- SABOIA, João, "Salário e Produtividade na Indústria Brasileira: Os Efeitos da Política Salarial no Longo Prazo". *Pesquisa e Programação Econômica*, v. 20, nº 3, dezembro de 1990.
- SABOIA, João, *A Região Metropolitana do Rio de Janeiro na Década de Oitenta - Mercado de Trabalho, Distribuição de Renda e Pobreza*, Texto para Discussão, nº 259, IEI/UFRJ, setembro de 1991.
- SEDLACEK, Guilherme e Ricardo Paes de Barros, eds., *Mercado de Trabalho e Distribuição de Renda: Uma Coletânea*, Monografia nº 35, IPEA/INPES, Rio de Janeiro, 1989.

(*) Trabalho preparado para o Centro Latino-Americano de Estudos de Violência e Saúde da Fundação Oswaldo Cruz (CLAVES), para a pesquisa “Configuração do Perfil dos Meninos e Meninas de Rua no Brasil”. Agradeço a Ricardo Paes de Barros pelo acesso aos dados sobre distribuição de renda disponíveis no IPEA e à Renata Jerônimo pelo processamento dos mesmos; à Rosa Ribeiro e Ana Saboia pela possibilidade de contar com os dados de pobreza do DEISO/IBGE e à Paula Albuquerque pelo auxílio em sua tabulação; finalmente, agradeço a Joaquim Saboia pela digitação das tabelas.

(**) Professor Titular da Faculdade de Economia e Administração e pesquisador do Instituto de Economia Industrial da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

(1) Veja, por exemplo, as coletâneas Sedlacek e Barros(1989) e Camargo e Giambiagi(1991).

(2) As regiões metropolitanas são Rio de Janeiro, São Paulo, Porto Alegre, Curitiba, Belo Horizonte, Salvador, Recife, Fortaleza e Belém. Embora não seja considerada uma região metropolitana, inclui-se também no trabalho Brasília.

(3) Privilegia-se neste trabalho alguns anos da década de oitenta: 1981, considerado como o primeiro ano da década; 1983, ano em que a crise se aprofundou; 1986, ano do Plano Cruzado, em geral considerado como o melhor ano da década; e 1989, último ano para o qual os dados da PNAD estavam disponíveis por ocasião da realização do trabalho.

(4) O índice de Gini varia entre zero e um. Quanto maior seu valor pior a distribuição de renda.

(5) Para uma discussão sobre as várias formas de se mensurar a pobreza veja, por exemplo, Lustosa e Figueiredo(1990).

(6) Rocha e Tolosa(1989) e Romão(1991) estimaram as linhas de pobreza para as grandes regiões e áreas metropolitanas do país durante a década de oitenta a partir das necessidades nutricionais dos indivíduos, encontrando valores entre 0,4 e 0,9 SM.

(7) Para se ter uma idéia da evolução do salário mínimo durante a década de oitenta seu valor real, deflacionado pelo INPC nos meses de realização da PNAD, foi, respectivamente, 119,4 em 1981, 101,5 em 1983, 123,3 em 1986 e 100 em 1989.

(8) Uma família com quatro pessoas provavelmente necessitará de menos do que o dobro dos gastos de uma família com duas pessoas para manter um padrão de vida equivalente.

(9) Para uma discussão sobre os efeitos da política salarial redistributiva do início da década de oitenta veja Saboia(1990).

(10) Embora a indexação generalizada na economia tenha minorado os efeitos negativos da inflação sobre os rendimentos do trabalho, os menores rendimentos apresentaram mais dificuldades para se defenderem. Como exemplo pode-se citar o fato que para se possuir uma conta bancária e deixar o dinheiro aplicado é preciso um nível mínimo de rendimento.

(11) Utilizaremos várias vezes neste texto as expressões “mais ricos” e “mais pobres” para mencionar respectivamente o extremo superior e o extremo inferior da distribuição de rendimentos do trabalho. Trata-se obviamente de uma simplificação, na medida em que estamos utilizando apenas os dados de rendimento do trabalho, omitindo os outros tipos de rendimento, que efetivamente permitem a transformação dos indivíduos em pessoas ricas.

(12) Um domicílio pode possuir mais de uma família.

(13) Para uma discussão mais detalhada sobre a distribuição de renda e a pobreza na RM do Rio de Janeiro veja Saboia(1991).

(14) Os dados para Brasília correspondem ao conjunto do Distrito Federal. Embora não seja considerada uma região metropolitana, seus dados foram incluídos pela importância da região.

TABELA 1: Distribuição do rendimento de todos os trabalhos para a população ocupada com rendimento do trabalho segundo classes percentuais selecionadas e índice de Gini - BRASIL - 1981/89 (%)

	1981	1983	1986	1987	1988	1989
10% - (mais pobres)	0,9	1,0	1,0	0,8	0,7	0,7
50% -	14,6	13,4	13,5	13,0	12,0	11,2
10% +	44,9	46,7	47,3	46,9	49,7	51,5
5% +	31,9	33,1	33,9	33,3	35,8	37,7
1% + (mais ricos)	12,1	13,3	14,0	13,5	14,2	15,9
Índice de Gini (1)	0,564	0,584	0,584	0,589	0,613	0,630

Fonte: PNAD (dados brutos).

(1) O índice de Gini foi calculado a partir de dados individuais. Ele varia entre 0 e 1. Quanto maior seu valor pior é a distribuição da renda.

TABELA 2: Distribuição acumulada das famílias e pessoas por classe de rendimento mensal familiar per capita (1) segundo a situação do domicílio - Brasil - 1981/89

(%)

	1981		1983		1986		1989	
	Até ¼ SM	Até ½ SM	Até ¼ SM	Até ½ SM	Até ¼ SM	Até ½ SM	Até ¼ SM	Até ½ SM
Pessoas	22,3	45,7	27,6	52,2	12,0	30,8	19,3	39,5
Urbana	13,2	33,9	18,2	41,7	6,5	20,9	12,2	30,1
Rural	44,4	74,5	51,4	78,8	26,6	46,9	40,1	67,2
Famílias	17,6	38,4	21,9	45,3	9,0	24,7	15,4	34,3
Urbana	10,8	28,3	14,9	36,0	5,4	17,2	10,1	26,2
Rural	37,2	67,5	43,0	73,2	20,4	48,6	32,6	60,6

Fonte: Perfil Estatístico de Crianças e Mães no Brasil, IBGE.

(1) Foi utilizado o valor do salário mínimo de 1981 inflacionado pelo INPC para tornar as classes de rendimento comparáveis.

TABELA 3: Distribuição acumulada das pessoas, famílias e domicílios segundo a classe de rendimento mensal familiar e domiciliar per capita (1) - BRASIL - 1981/89

(%)

	1981			1989 (2)		
	Sem Rend.	Até ¼ SM	Até ½ SM	Sem Rend.	Até ¼ SM	Até ½ SM
Pessoas	1,3	22,3	45,7	1,3	19,3	39,5
Pessoas de 0 a 17 anos	1,5	30,0	56,9	1,8	27,4	50,5
Casal com filhos	0,9	30,3	57,2	0,7	26,7	49,2
Mulher chefe s/ cônjuge c/ filhos	9,0	39,7	66,3	8,9	37,2	63,1
Famílias	1,8	17,6	38,4	1,9	15,4	34,3
Casal com filhos	1,0	19,6	42,2	0,7	16,9	36,2
Mulher chefe s/ cônjuge c/ filhos	8,4	27,1	48,8	8,1	24,6	46,5
Famílias c/ pessoas de 0 a 17 anos	2,1	22,1	46,0	2,3	20,0	41,1
Domicílios (3)	0,8	16,7	37,9	0,6	14,0	33,0
Adequados	0,7	3,4	13,2	0,5	3,4	13,5
Inadequados (4)	0,9	26,8	56,6	0,7	26,3	55,4

Fonte: Perfil Estatístico de Crianças e Adolescentes, IBGE.

- (1) Para pessoas e famílias utiliza-se a renda familiar per capita, para os domicílios a renda domiciliar per capita
- (2) Foi utilizado em 1989 o valor do salário mínimo (SM) de 1981 inflacionado pelo INPC, para tornar os dados comparáveis entre si.
- (3) Domicílios particulares permanentes.
- (4) São considerados inadequados os domicílios que não dispõem de rede geral de esgoto ou fossa séptica e/ou rede geral de água com canalização interna.

TEXTOS PARA DISCUSSÃO

TABELA 4: Distribuição do rendimento de todos os trabalhos para a população ocupada com rendimento do trabalho segundo classes percentuais selecionadas da população e índice de Gini - Região Metropolitana de São Paulo - 1981/89

	(%)					
	1981	1983	1986	1987	1988	1989
10% - (mais pobres)	1,5	1,6	1,4	1,6	1,3	1,3
50% -	17,5	16,9	16,1	17,4	15,5	14,6
10% +	40,0	40,4	43,2	40,6	43,1	45,5
5% +	27,5	27,7	30,5	28,0	29,6	32,4
1% + (mais ricos)	9,5	10,8	12,4	10,7	10,5	12,5
Índice de Gini (1)	0,507	0,515	0,537	0,511	0,544	0,563

Fonte: PNAD (dados brutos).

(1) O índice de Gini foi calculado a partir de dados individuais. Ele varia entre 0 e 1. Quanto maior seu valor, pior é a distribuição da renda.

Distribuição de Renda e Pobreza Metropolitana no Brasil

TABELA 5: Distribuição acumulada das pessoas, famílias e domicílios segundo a classe de rendimento mensal familiar e domiciliar per capita (1) - Região Metropolitana de São Paulo - 1981/89

	1981			1989 (2)		
	Sem Rend.	Até ¼ SM	Até ½ SM	Sem Rend.	Até ¼ SM	Até ½ SM
Pessoas	1,6	4,2	13,5	1,2	3,5	11,1
Pessoas de 0 a 17 anos	2,1	6,3	20,4	1,8	5,6	17,1
Casal com filhos	1,8	5,3	19,5	0,7	3,6	14,5
Mulher chefe s/ cônjuge c/ filhos	7,9	17,6	35,2	8,5	19,2	36,3
Famílias	1,9	4,0	11,2	1,6	3,3	9,5
Casal com filhos	1,5	3,4	11,6	0,6	2,3	8,7
Mulher chefe s/ cônjuge c/ filhos	6,3	10,8	20,9	6,4	10,4	22,0
Famílias c/ pessoas de 0 a 17 anos	2,3	5,0	14,4	2,0	4,4	12,5
Domicílios (3)	1,3	3,1	10,2	0,7	2,4	8,5
Adequados	0,9	2,0	6,6	0,7	1,9	6,4
Inadequados (4)	2,6	6,5	21,1	1,0	6,0	21,7

Fonte: Perfil Estatístico de Crianças e Adolescentes, IBGE.

(1) Para pessoas e famílias utiliza-se a renda familiar per capita, para os domicílios a renda domiciliar per capita

(2) Foi utilizado em 1989 o valor do salário mínimo (SM) de 1981 inflacionado pelo INPC, para tornar os dados comparáveis entre si.

(3) Domicílios particulares permanentes.

(4) São considerados inadequados os domicílios que não dispõem de rede geral de esgoto ou fossa séptica e/ou rede geral de água com canalização interna.

TABELA 6: Distribuição do rendimento de todos os trabalhos para a população ocupada com rendimento do trabalho segundo classes percentuais selecionadas da população e índice de Gini - Região Metropolitana de Porto Alegre - 1981/89

	1981	1983	1986	1987	1988
10% - (mais pobres)	1,5	1,5	1,4	1,2	1,1
50% -	17,4	16,3	15,5	15,1	14,0
10% +	41,7	42,7	43,9	44,1	46,9
5% +	28,6	29,2	30,5	30,8	33,2
1% + (mais ricos)	10,2	10,5	11,8	12,1	12,8
Índice de Gini (1)	0,516	0,533	0,548	0,553	0,577

Fonte: PNAD (dados brutos).

(1) O índice de Gini foi calculado a partir de dados individuais. Ele varia entre 0 e 1. Quanto maior seu valor, pior é a distribuição da renda.

TABELA 7: Distribuição acumulada das pessoas, famílias e domicílios segundo a classe de rendimento mensal familiar e domiciliar per capita (1) - Região Metropolitana de Porto Alegre - 1981/89

	1981			1989 (2)		
	Sem Rend.	Até ¼ SM	Até ½ SM	Sem Rend.	Até ¼ SM	Até ½ SM
Pessoas	1,0	3,4	15,1	0,9	4,9	19,2
Pessoas de 0 a 17 anos	1,3	5,3	22,9	1,2	7,9	25,3
Casal c/ filhos	0,9	4,5	21,8	0,7	6,7	22,9
Mulher chefe s/ cônjuge c/ filhos	5,2	16,5	39,3	3,7	15,0	39,8
Famílias	1,3	3,2	12,3	1,3	4,0	14,3
Casal c/ filhos	0,9	2,8	13,6	0,6	3,8	15,1
Mulher chefe s/ cônjuge c/ filhos	4,1	9,3	22,6	3,7	8,5	25,0
Famílias c/ pessoas de 0 a 17 anos	1,5	4,1	16,6	1,5	5,6	19,9
Domicílios (3)	0,9	2,6	11,5	0,7	3,1	13,4
Adequados	0,7	1,3	5,9	0,6	2,1	9,6
Inadequados (4)	1,5	6,1	26,3	1,5	9,6	37,2

Fonte: Perfil Estatístico de Crianças e Adolescentes, IBGE.

(1) Para pessoas e famílias utiliza-se a renda familiar per capita, para os domicílios a renda domiciliar per capita.

TEXTOS PARA DISCUSSÃO

TABELA 8: Distribuição do rendimento de todos os trabalhos para a população ocupada com rendimento do trabalho segundo classes percentuais selecionadas da população e índice de Gini - Região Metropolitana de Curitiba - 1981/89

(%)

	1981	1983	1986	1987	1988	1989
10% - (mais pobres)	1,3	1,4	1,5	1,3	1,4	1,2
50% -	17,5	16,1	14,8	14,8	15,3	12,9
10% +	41,9	42,9	47,1	45,7	43,2	49,1
5% +	28,7	30,0	34,0	32,9	29,3	35,6
1% + (mais ricos)	9,9	11,0	15,4	14,3	10,0	16,6
Índice de Gini (1)	0,516	0,537	0,570	0,563	0,545	0,600

Fonte: PNAD (dados brutos).

(1) O índice de Gini foi calculado a partir de dados individuais. Ele varia entre 0 e 1. Quanto maior seu valor, pior é a distribuição da renda.

Distribuição de Renda e Pobreza Metropolitana no Brasil

TABELA 9: Distribuição acumulada das pessoas, famílias e domicílios segundo a classe de rendimento mensal familiar e domiciliar per capita (1) - Região Metropolitana de Curitiba - 1981/89

(%)

	1981			1989 (2)		
	Sem Rend.	Até ¼ SM	Até ½ SM	Sem Rend.	Até ¼ SM	Até ½ SM
Pessoas	1,0	5,5	24,6	0,6	3,6	17,4
Pessoas de 0 a 17 anos	1,1	7,3	33,6	0,8	5,4	25,1
Casal c/ filhos	0,7	6,5	33,5	0,5	5,0	24,3
Mulher chefe s/ cônjuge c/ filhos	5,7	20,2	47,8	3,0	10,2	36,1
Famílias	1,3	5,0	19,8	0,8	3,0	14,2
Casal c/ filhos	0,7	4,2	22,0	0,5	3,1	15,8
Mulher chefe s/ cônjuge c/ filhos	5,4	13,3	27,5	2,8	5,6	19,8
Famílias c/ pessoas de 0 a 17 anos	1,4	5,7	24,6	1,1	4,0	18,6
Domicílios (3)	0,6	3,9	19,2	0,4	2,7	13,6
Adequados	0,3	0,7	8,0	0,3	1,3	7,9
Inadequados (4)	1,1	10,1	40,2	0,7	7,5	32,6

Fonte: Perfil Estatístico de Crianças e Adolescentes, IBGE.

- (1) Para pessoas e famílias utiliza-se a renda familiar per capita, para os domicílios a renda domiciliar per capita.
- (2) Foi utilizado em 1989 o valor do salário mínimo (SM) de 1981 inflacionado pelo INPC, para tornar os dados comparáveis entre si.
- (3) Domicílios particulares permanentes.
- (4) São considerados inadequados os domicílios que não dispõem de rede geral de esgoto ou fossa séptica e/ou rede geral de água com canalização interna.

TABELA 10: Distribuição do rendimento de todos os trabalhos para a população ocupada com rendimento do trabalho segundo classes percentuais selecionadas da população e índice de Gini - Região Metropolitana do Rio de Janeiro - 1981/89

(%)

	1981	1983	1986	1987	1988	1989
10% - (mais pobres)	1,0	1,0	1,1	1,0	1,0	1,0
50% -	15,3	14,0	13,4	13,2	13,1	11,2
10% +	44,9	45,2	47,7	47,7	49,0	54,0
5% +	31,9	31,4	33,4	33,9	34,4	40,3
1% + (mais ricos)	11,5	11,0	13,0	13,7	12,9	20,0
Índice de Gini (1)	0,552	0,569	0,585	0,588	0,595	0,641

Fonte: PNAD (dados brutos).

(1) O índice de Gini foi calculado a partir de dados individuais. Ele varia entre 0 e 1. Quanto maior seu valor, pior é a distribuição da renda.

TABELA 11: Distribuição acumulada das pessoas, famílias e domicílios segundo a classe de rendimento mensal familiar e domiciliar per capita (1) - Região Metropolitana do Rio de Janeiro - 1981/89

(%)

	1981			1989 (2)		
	Sem Rend.	Até ¼ SM	Até ½ SM	Sem Rend.	Até ¼ SM	Até ½ SM
Pessoas	2,2	8,1	24,1	1,7	9,0	26,8
Pessoas de 0 a 17 anos	3,1	13,1	36,1	2,8	15,1	39,5
Casal c/ filhos	2,0	11,7	34,8	0,7	12,1	36,1
Mulher chefe s/ cônjuge c/ filhos	11,0	25,2	47,2	11,5	27,1	55,1
Famílias	2,6	6,6	19,1	2,2	7,6	22,7
Casal c/ filhos	1,6	6,3	21,6	0,7	7,0	25,2
Mulher chefe s/ cônjuge c/ filhos	8,7	15,8	30,6	8,9	17,1	37,4
Famílias c/ pessoas de 0 a 17 anos	3,4	9,4	26,8	3,3	11,4	32,7
Domicílios (3)	1,3	5,2	17,6	0,7	5,9	20,5
Adequados	1,0	2,9	11,1	0,6	3,8	14,3
Inadequados (4)	2,2	10,9	34,0	1,2	13,3	42,8

Fonte: Perfil Estatístico de Crianças e Adolescentes, IBGE.

- (1) Para pessoas e famílias utiliza-se a renda familiar per capita, para os domicílios a renda domiciliar per capita.
 (2) Foi utilizado em 1989 o valor do salário mínimo (SM) de 1981 inflacionado pelo INPC, para tornar os dados comparáveis entre si.
 (3) Domicílios particulares permanentes.
 (4) São considerados inadequados os domicílios que não dispõem de rede geral de esgoto ou fossa séptica e/ou rede geral de água com canalização interna.

TEXTOS PARA DISCUSSÃO

TABELA 12: Distribuição do rendimento de todos os trabalhos para a população ocupada com rendimento do trabalho segundo classes percentuais selecionadas da população e índice de Gini - Região Metropolitana de Belo Horizonte - 1981/89

	(%)					
	1981	1983	1986	1987	1988	1989
10% - (mais pobres)	1,1	0,9	1,1	1,0	0,8	0,8
50% -	15,2	13,1	13,1	12,6	11,7	11,3
10% +	44,2	47,6	48,4	49,5	51,3	51,1
5% +	30,7	33,6	35,1	35,9	37,0	36,0
1% + (mais ricos)	10,7	13,5	14,1	14,5	14,9	13,4
Índice de Gini (1)	0,552	0,591	0,591	0,603	0,621	0,622

Fonte: PNAD (dados brutos).

(1) O índice de Gini foi calculado a partir de dados individuais. Ele varia entre 0 e 1. Quanto maior seu valor, pior é a distribuição da renda.

Distribuição de Renda e Pobreza Metropolitana no Brasil

TABELA 13: Distribuição acumulada das pessoas, famílias e domicílios segundo a classe de rendimento mensal familiar e domiciliar per capita (1) - Região Metropolitana de Belo Horizonte - 1981/89

	1981			1989 (2)		
	Sem Rend.	Até ¼ SM	Até ½ SM	Sem Rend.	Até ¼ SM	Até ½ SM
Pessoas	1,9	10,6	31,3	1,3	9,2	27,0
Pessoas de 0 a 17 anos	2,3	15,6	43,0	1,8	14,4	38,3
Casal c/ filhos	1,7	14,4	42,4	1,0	12,6	35,6
Mulher chefe s/ cônjuge c/ filhos	9,0	29,8	56,9	6,0	25,4	53,0
Famílias	2,5	9,0	26,3	1,8	8,0	23,4
Casal c/ filhos	1,8	8,9	29,1	0,8	8,0	24,9
Mulher chefe s/ cônjuge c/ filhos	7,7	18,4	37,6	5,5	14,8	35,6
Famílias c/ pessoas de 0 a 17 anos	2,9	11,4	33,1	2,2	10,9	31,1
Domicílios (3)	1,6	7,7	25,0	0,7	6,7	21,7
Adequados	0,8	2,6	11,1	0,4	3,3	13,2
Inadequados (4)	2,4	13,4	40,5	1,2	14,7	41,6

Fonte: Perfil Estatístico de Crianças e Adolescentes, IBGE.

- (1) Para pessoas e famílias utiliza-se a renda familiar per capita, para os domicílios a renda domiciliar per capita.
- (2) Foi utilizado em 1989 o valor do salário mínimo (SM) de 1981 inflacionado pelo INPC, para tornar os dados comparáveis entre si.
- (3) Domicílios particulares permanentes.
- (4) São considerados inadequados os domicílios que não dispõem de rede geral de esgoto ou fossa séptica e/ou rede geral de água com canalização interna.

UFRJ / FEA - IEI
BIBLIOTECA

TEXTOS PARA DISCUSSÃO

TABELA 14: Distribuição do rendimento de todos os trabalhos para a população ocupada com rendimento do trabalho segundo classes percentuais selecionadas da população e Índice de Gini - Brasília - 1981/89

(%)

	1981	1983	1986	1987	1988	1989
10% - (mais pobres)	1,1	1,1	1,2	1,0	0,9	0,9
50% -	14,1	13,0	11,9	12,2	11,5	10,5
10% +	43,5	44,2	48,8	46,2	48,9	48,7
5% +	28,0	29,2	35,0	31,2	33,8	34,4
1% + (mais ricos)	8,7	10,0	17,3	10,6	13,0	14,2
Índice de Gini (1)	0,561	0,575	0,610	0,593	0,612	0,622

Fonte: PNAD (dados brutos).

(1) O Índice de Gini foi calculado a partir de dados individuais. Ele varia entre 0 e 1. Quanto maior seu valor, pior é a distribuição da renda.

Distribuição de Renda e Pobreza Metropolitana no Brasil

TABELA 15: Distribuição acumulada das pessoas, famílias e domicílios segundo a classe de rendimento mensal familiar e domiciliar per capita (1) - Brasília - 1981/89

(%)

	1981			1989 (2)		
	Sem Rend.	Até ¼ SM	Até ½ SM	Sem Rend.	Até ¼ SM	Até ½ SM
Pessoas	1,7	9,3	27,5	1,3	6,0	18,8
Pessoas de 0 a 17 anos	2,0	13,2	36,6	1,8	9,1	25,7
Casal c/ filhos	1,3	11,6	36,4	1,0	7,5	21,8
Mulher chefe s/ cônjuge c/ filhos	8,9	26,6	53,5	5,6	17,5	46,8
Famílias	2,3	7,6	22,6	1,6	5,0	16,8
Casal c/ filhos	1,4	7,0	25,1	0,8	4,3	15,5
Mulher chefe s/ cônjuge c/ filhos	10,0	20,1	40,6	4,9	11,4	33,1
Famílias c/ pessoas de 0 a 17 anos	2,3	7,1	22,0	1,9	6,5	20,5
Domicílios (3)	1,2	6,3	15,1	0,5	4,0	15,2
Adequados	0,6	3,6	15,1	0,4	2,2	10,4
Inadequados (4)	3,0	15,7	44,3	1,6	13,7	41,4

Fonte: Perfil Estatístico de Crianças e Adolescentes, IBGE.

- (1) Para pessoas e famílias utiliza-se a renda familiar per capita, para os domicílios a renda domiciliar per capita.
- (2) Foi utilizado em 1989 o valor do salário mínimo (SM) de 1981 inflacionado pelo INPC, para tornar os dados comparáveis entre si.
- (3) Domicílios particulares permanentes.
- (4) São considerados inadequados os domicílios que não dispõem de rede geral de esgoto ou fossa séptica e/ou rede geral de água com canalização interna.

TEXTOS PARA DISCUSSÃO

TABELA 16: Distribuição do rendimento de todos os trabalhos para a população ocupada com rendimento do trabalho segundo classes percentuais selecionadas da população e índice de Gini - Região Metropolitana de Belém - 1981/89

	(%)					
	1981	1983	1986	1987	1988	1989
10% - (mais pobres)	1,1	1,2	1,3	1,0	0,7	0,7
50% -	15,8	14,2	14,0	13,0	12,0	10,6
10% +	44,1	46,3	46,1	46,7	52,8	52,7
5% +	31,1	32,2	32,0	33,0	40,2	38,1
1% + (mais ricos)	11,5	11,3	12,0	12,6	18,3	15,1
Índice de Gini (1)	0,544	0,571	0,571	0,586	0,627	0,640

Fonte: PNAD (dados brutos).

(1) O índice de Gini foi calculado a partir de dados individuais. Ele varia entre 0 e 1. Quanto maior seu valor, pior é a distribuição da renda.

Distribuição de Renda e Pobreza Metropolitana no Brasil

TABELA 17: Distribuição acumulada das pessoas, famílias e domicílios segundo a classe de rendimento mensal familiar e domiciliar per capita (1) - Região Metropolitana de Belém - 1981/89

	1981			1989 (2)		
	Sem Rend.	Até ¼ SM	Até ½ SM	Sem Rend.	Até ¼ SM	Até ½ SM
Pessoas	2,4	15,5	41,0	2,0	9,5	30,0
Pessoas de 0 a 17 anos	3,1	21,2	51,2	2,7	13,4	39,0
Casal c/ filhos	1,9	20,5	52,4	0,9	10,8	37,6
Mulher chefe s/ cônjuge c/ filhos	14,2	45,3	64,5	10,1	29,3	56,8
Famílias	3,8	14,2	36,5	2,7	9,0	27,1
Casal c/ filhos	1,7	13,2	39,7	1,1	7,6	27,7
Mulher chefe s/ cônjuge c/ filhos	16,1	34,3	50,8	8,5	20,9	44,4
Famílias c/ pessoas de 0 a 17 anos	4,6	17,0	42,8	3,3	11,2	33,2
Domicílios (3)	0,8	10,7	34,1	0,5	5,6	24,6
Adequados	0,3	4,4	19,1	0,2	2,4	13,9
Inadequados (4)	1,4	17,6	50,9	1,0	10,7	41,4

Fonte: Perfil Estatístico de Crianças e Adolescentes, IBGE.

- (1) Para pessoas e famílias utiliza-se a renda familiar per capita, para os domicílios a renda domiciliar per capita.
- (2) Foi utilizado em 1989 o valor do salário mínimo (SM) de 1981 inflacionado pelo INPC, para tornar os dados comparáveis entre si.
- (3) Domicílios particulares permanentes.
- (4) São considerados inadequados os domicílios que não dispõem de rede geral de esgoto ou fossa séptica e/ou rede geral de água com canalização interna.

TEXTOS PARA DISCUSSÃO

TABELA 18: Distribuição do rendimento de todos os trabalhos para a população ocupada com rendimento do trabalho segundo classes percentuais da população selecionadas e índice de Gini - Região Metropolitana de Salvador - 1981/89

	(%)					
	1981	1983	1986	1987	1988	1989
10% - (mais pobres)	0,8	0,9	0,9	0,8	0,5	0,6
50% -	13,1	12,4	12,0	11,9	9,8	9,7
10% +	45,8	49,2	48,4	48,8	53,5	53,9
5% +	31,5	35,5	34,5	34,5	38,7	39,3
1% + (mais ricos)	10,7	15,6	13,7	14,4	16,9	16,7
Índice de Gini (1)	0,582	0,610				

Fonte: PNAD (dados brutos).

(1) O índice de Gini foi calculado a partir de dados individuais. Ele varia entre 0 e 1. Quanto maior seu valor, pior é a distribuição da renda.

Distribuição de Renda e Pobreza Metropolitana no Brasil

TABELA 19: Distribuição acumulada das pessoas, famílias e domicílios segundo a classe de rendimento mensal familiar e domiciliar per capita (1) - Região Metropolitana de Salvador - 1981/89

	1981			1989 (2)		
	Sem Rend.	Até ¼ SM	Até ½ SM	Sem Rend.	Até ¼ SM	Até ½ SM
Pessoas	2,0	14,0	36,3	2,1	14,0	34,0
Pessoas de 0 a 17 anos	2,3	19,1	46,9	2,9	20,2	44,5
Casal com filhos	1,5	17,4	46,1	1,3	17,0	40,8
Mulher chefe s/ cônjuge c/ filhos	10,9	43,0	72,3	10,0	38,0	64,3
Famílias	3,0	12,2	31,0	3,0	12,2	29,4
Casal com filhos	1,8	11,2	32,6	1,0	10,7	30,5
Mulher chefe s/ cônjuge c/ filhos	11,8	30,6	53,5	9,4	25,1	46,9
Famílias c/ pessoas de 0 a 17 anos	3,3	14,8	37,1	3,5	15,4	37,2
Domicílios (3)	1,3	10,2	29,4	1,2	10,3	27,3
Adequados	1,0	4,4	13,5	0,5	5,6	18,2
Inadequados (4)	1,6	16,5	46,5	3,1	23,0	52,1

Fonte: Perfil Estatístico de Crianças e Adolescentes, IBGE.

(1) Para pessoas e famílias utiliza-se a renda familiar per capita, para os domicílios a renda domiciliar per capita.

(2) Foi utilizado em 1989 o valor do salário mínimo (SM) de 1981 inflacionado pelo INPC, para tornar os dados comparáveis entre si.

(3) Domicílios particulares permanentes.

(4) São considerados inadequados os domicílios que não dispõem de rede geral de esgoto ou fossa séptica e/ou rede geral de água com canalização interna.

TEXTOS PARA DISCUSSÃO

TABELA 20: Distribuição do rendimento de todos os trabalhos para a população ocupada com rendimento do trabalho segundo classes percentuais selecionadas da população e Índice de Gini - Região Metropolitana de Fortaleza - 1981/89

	(%)					
	1981	1983	1986	1987	1988	1989
10% - (mais pobres)	0,9	0,9	1,0	0,7	0,5	0,7
50% -	13,9	13,4	12,5	11,7	11,1	11,8
10% +	48,9	49,7	50,5	51,7	55,5	55,1
5% +	35,7	35,5	36,4	36,6	41,0	41,6
1% + (mais ricos)	13,5	13,4	15,5	13,3	16,5	18,4
Índice de Gini (1)	0,591	0,597	0,610	0,626	0,650	0,639

Fonte: PNAD (dados brutos).

(1) O índice de Gini foi calculado a partir de dados individuais. Ele varia entre 0 e 1. Quanto maior seu valor, pior é a distribuição da renda.

Distribuição de Renda e Pobreza Metropolitana no Brasil

TABELA 21: Distribuição acumulada das pessoas, famílias e domicílios segundo a classe de rendimento mensal familiar e domiciliar per capita (1) - Região Metropolitana de Fortaleza - 1981/89

	(%)					
	1981			1989 (2)		
	Sem Rend.	Até ¼ SM	Até ½ SM	Sem Rend.	Até ¼ SM	Até ½ SM
Pessoas	1,8	22,4	50,9	2,6	24,3	50,0
Pessoas de 0 a 17 anos	2,1	30,1	61,6	3,7	33,4	60,9
Casal c/ filhos	1,3	31,4	63,2	2,3	32,0	60,5
Mulher chefe s/ cônjuge c/ filhos	10,3	44,1	72,1	12,6	46,2	75,9
Famílias	2,8	19,3	45,7	3,4	20,1	45,1
Casal com filhos	1,6	21,3	50,4	1,5	21,1	47,8
Mulher chefe s/ cônjuge c/ filhos	10,9	33,2	56,9	13,6	32,7	59,6
Famílias c/ pessoas de 0 a 17 anos	3,1	22,9	52,1	4,4	25,3	52,5
Domicílios (3)	1,0	16,9	44,6	1,0	18,0	43,8
Adequados	0,2	6,6	22,5	0,4	8,8	26,8
Inadequados (4)	1,6	25,9	63,7	1,7	30,0	66,0

Fonte: Perfil Estatístico de Crianças e Adolescentes, IBGE.

- (1) Para pessoas e famílias utiliza-se a renda familiar per capita, para os domicílios a renda domiciliar per capita.
- (2) Foi utilizado em 1989 o valor do salário mínimo (SM) de 1981 inflacionado pelo INPC, para tornar os dados comparáveis entre si.
- (3) Domicílios particulares permanentes.
- (4) São considerados inadequados os domicílios que não dispõem de rede geral de esgoto ou fossa séptica e/ou rede geral de água com canalização interna.

TEXTOS PARA DISCUSSÃO

TABELA 22: Distribuição do rendimento de todos os trabalhos para a população ocupada com rendimento do trabalho segundo classes percentuais selecionadas da população e índice de Gini - Região Metropolitana de Recife - 1981/89

	(%)					
	1981	1983	1986	1987	1988	1989
10% - (mais pobres)	0,9	0,9	1,0	0,8	0,6	0,7
50% -	14,9	14,3	14,4	12,6	11,4	11,4
10% +	47,1	46,1	47,1	51,0	53,6	56,3
5% +	34,2	32,8	33,9	37,8	39,7	42,7
1% + (mais ricos)	12,7	12,0	13,0	16,7	17,2	18,8
Índice de Gini (1)	0,569	0,570	0,574	0,613	0,636	0,649

Fonte: PNAD (dados brutos).

(1) O índice de Gini foi calculado a partir de dados individuais. Ele varia entre 0 e 1. Quanto maior seu valor, pior é a distribuição da renda.

TABELA 23: Distribuição acumulada das pessoas, famílias e domicílios segundo a classe de rendimento mensal familiar e domiciliar per capita (1) - Região Metropolitana de Recife - 1981/89

	1981			1989 (2)		
	Sem Rend.	Até ¼ SM	Até ½ SM	Sem Rend.	Até ¼ SM	Até ½ SM
Pessoas	2,2	21,7	50,2	2,3	21,1	48,4
Pessoas de 0 a 17 anos	2,5	29,2	61,6	3,1	30,2	59,9
Casal c/ filhos	1,7	27,7	61,2	1,2	27,3	57,3
Mulher chefe s/ cônjuge c/ filhos	9,6	50,7	75,8	10,8	44,2	70,1
Famílias	3,2	18,2	43,6	3,5	18,1	43,5
Casal c/ filhos	2,0	18,2	47,1	1,1	17,1	44,7
Mulher chefe s/ cônjuge c/ filhos	10,0	35,0	59,9	11,5	33,0	57,2
Famílias c/ pessoas de 0 a 17 anos	3,6	22,3	51,3	4,2	23,1	51,7
Domicílios (3)	1,3	16,1	42,5	1,1	15,7	41,6
Adequados	0,5	4,3	14,7	0,3	5,5	17,9
Inadequados (4)	1,6	20,9	53,9	1,5	21,7	55,5

Fonte: Perfil Estatístico de Crianças e Adolescentes, IBGE.

- (1) Para pessoas e famílias utiliza-se a renda familiar per capita, para os domicílios a renda domiciliar per capita.
- (2) Foi utilizado em 1989 o valor do salário mínimo (SM) de 1981 inflacionado pelo INPC, para tornar os dados comparáveis entre si.
- (3) Domicílios particulares permanentes.
- (4) São considerados inadequados os domicílios que não dispõem de rede geral de esgoto ou fossa séptica e/ou rede geral de água com canalização interna.

